

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E  
CONTRATAÇÃO DIRETA****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA**

(Processo Administrativo nº 67284.004610/2025-81)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)..... E  
.....

A União, por intermédio do(a) Grupamento de Apoio de Brasília, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Edifício Anexo, Andar Térreo – Brasília/DF – CEP: 70.045-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.429/0059-27, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 67284.004610/2025-81 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão nº 90016/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a cessão de uso onerosa de áreas públicas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

1.3.1. O Edital da Licitação;

1.3.2. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados d(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. Toda prorrogação será precedida de comprovação da vantajosidade da medida para a Administração e certificação de compatibilidade do valor do aluguel com o de mercado.

2.4. Caso não tenha interesse na prorrogação, o CEDENTE deverá enviar comunicação escrita ao CESSIONÁRIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

2.5. O prazo de vigência da presente cessão onerosa de uso não se condiciona à existência de disponibilidade orçamentária anual, tendo em vista que não gera despesa direta para a Administração Pública, constituindo-se em instrumento de exploração onerosa de bem público.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CESSÃO DE USO

3.1. Este contrato não se trata de atividade de apoio (contrato de serviço), mas sim de aproveitamento econômico por cessão de uso.

3.2. A presente cessão de uso obedecerá às condições especiais adiante elencadas:

3.2.1. Vedação de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente;

3.2.2. Cumprimento das normas relacionadas com o funcionamento da atividade vinculada ao objeto da cessão de uso e com a utilização do imóvel;

3.2.3. Exercício da citada atividade sem prejudicar a atividade-fim ou o funcionamento do nominado Órgão;

3.2.4. Aprovação prévia da CEDENTE, através do nominado Órgão, para a realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado pela(o) CESSIONÁRIA(O);

3.2.5. Precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;

3.2.6. Fiscalização periódica por parte da CEDENTE;

3.2.7. Vedação de ocorrência de cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto na Cláusula objeto do Contrato;

3.2.8. Reversão da área constituinte da presente cessão de uso, ao término da vigência deste Contrato, independentemente de ato especial;

3.2.9. Restituição da ora cedida área do imóvel, em perfeito estado de conservação.

3.2.10. A contratação do seguro incêndio é uma obrigatoriedade prevista em lei, no artigo 22 da Lei do inquilinato e ficará a cargo do CESSIONÁRIO o pagamento pela taxa de incêndio.

3.2.11. A cessão com contrapartida será celebrada sob condição resolutiva até que a obrigação seja integralmente cumprida pelo cessionário.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO OUTORGANTE CEDENTE**

4.1. O CEDENTE obriga-se a:

4.1.1. Certificar-se de que o imóvel cedido esteja em total conformidade com todas as normas de segurança vigentes, abrangendo medidas de prevenção contra incêndios, instalações elétricas e hidráulicas adequadas, além de uma sinalização de emergência eficaz.

4.1.2. Providenciar todos os recursos necessários para que a(o) CESSIONÁRIA(O) possa desempenhar seus serviços conforme estipulado no contrato, garantindo o acesso a informações relevantes e mantendo uma completa documentação relacionada à ocupação do espaço.

4.1.3. Gerenciar mensalmente a situação cadastral e documental da(o) CESSIONÁRIA (O), bem como o pagamento pelo uso do espaço concedido, adotando medidas adequadas conforme necessário:

4.1.3.1. Emitir Ofício de Cobrança em caso de inadimplência ou necessidade de regularização do ocupante;

4.1.3.2. Aplicar multas e juros por atraso ou ausência de pagamento, tanto no vencimento quanto no fornecimento dos bens listados; e

4.1.3.3. Elaborar o Termo de Desocupação em situações de inadimplência por três meses consecutivos, resultando na rescisão contratual conforme previsto no Edital.

4.1.4. Efetuar a supervisão e fiscalização do contrato através do Fiscal de Contratos do GAP-BR, devidamente nomeado por meio de Boletim Interno do GAP-BR, salientando que essa fiscalização não exonera a CESSIONÁRIA de suas responsabilidades contratuais.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO OUTORGADO CESSIONÁRIO**

5.1. O CESSIONÁRIO obriga-se a:

5.1.1. Manter os serviços em conformidade com as obrigações contratuais e as condições de habilitação estabelecidas na licitação durante toda a vigência do contrato.

5.1.2. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo as relacionadas ao pessoal da Cessionária, garantindo seus direitos sociais, trabalhistas e fiscais.

5.1.3. Responsabilizar-se pelas despesas de eventuais manutenções e reformas no espaço ocupado, sujeitas à prévia autorização da CEDENTE, que reserva o direito de rejeitá-las se não estiverem em conformidade com os padrões especificados.

5.1.4. Assumir a responsabilidade por danos pessoais ou materiais causados a terceiros ou ao patrimônio da CEDENTE por seus empregados, bem como garantir o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legais.

5.1.5. Garantir a limpeza, manutenção, conservação e vigilância do espaço ocupado, conforme estabelecido no Termo de Referência.

5.1.6. Instalar e/ou disponibilizar os equipamentos e materiais necessários no espaço ocupado, conforme julgar conveniente.

5.1.7. Designar um preposto para representar a Cessionária na relação com a CEDENTE, responsável por questões relativas aos serviços prestados, disponível para atendimento em períodos excepcionais e urgentes, inclusive fins de semana e feriados, por meio de dispositivo móvel ou outro meio de comunicação.

5.1.8. Assumir todas as despesas relacionadas aos seus empregados durante a execução dos serviços, tais como:

5.1.8.1. Pagamento de salários;

5.1.8.2. Contratação de seguro contra acidentes de trabalho;

5.1.8.3. Pagamento de taxas, impostos e contribuições exigidas por lei;

5.1.8.4. Providenciar indenizações, se necessário.

5.1.8.5. Custear vales-transportes para os funcionários, se aplicável;

5.1.8.6. Fornecer vales-refeições, se aplicável; e

5.1.8.7. Atender a quaisquer outras exigências governamentais, estipuladas por Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Sentença Normativa.

5.1.9. Não transferir a terceiros a responsabilidade pelo cumprimento do objeto contratual, ficando proibida qualquer forma de subcontratação, mesmo que parcial.

5.1.10. Permitir a fiscalização, durante a execução do contrato, por um servidor ou comissão própria de avaliação designados pela CEDENTE, representantes da Administração, que registrarão todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato em um registro próprio e determinarão as medidas necessárias para regularização das faltas e defeitos observados.

5.1.11. Em casos da impossibilidade de prestar os serviços relacionados para o ano de vigência do contrato, a Cessionária deverá quitar o valor proporcional correspondente ao preço da proposta adjudicada à CEDENTE, por meio de Boletos "GRU" – Guia de Recolhimento da União.

5.1.12. Ao término do vínculo contratual, restabelecer o imóvel à CEDENTE nas mesmas condições físicas, elétricas, hidráulicas e sanitárias em que foi cedido.

5.1.13. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias custas, total ou parcialmente, dentro do prazo estipulado pelo fiscal do contrato, quaisquer serviços realizados que apresentem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.1.14. Assumir a responsabilidade por quaisquer vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todos os danos causados à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração pelo valor integral dos danos sofridos ou dos pagamentos devidos à Cessionária.

5.1.15. Proibir o emprego, na execução dos serviços, de funcionários que sejam parentes de agentes públicos ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança no órgão Contratante, conforme estipulado no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010. Em caso de impossibilidade de verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Cessionária deve fornecer ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o trigésimo dia do mês subsequente à prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) comprovante de regularidade da Seguridade Social; 2) certidão conjunta de regularidade dos tributos federais e da Dívida Ativa da União; 3) certidões comprobatórias da regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Cessionária; 4) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme disposto na alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.16. Assumir a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações estabelecidas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, incluindo todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade para a Cedente.

5.1.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que ocorra no local cedido.

5.1.18. Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pela Cedente ou por seus representantes, garantindo-lhes acesso, a qualquer momento, ao local dos trabalhos e aos documentos relacionados à execução do empreendimento.

5.1.19. Suspender, por determinação da Cedente, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as melhores práticas técnicas ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.1.20. Proibir a utilização de trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, e não permitir o emprego de menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

5.1.21. Manter, ao longo de toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de modo a estar em consonância com as obrigações assumidas;

5.1.22. Cumprir, durante toda a execução do contrato, a reserva de cargos estabelecida em lei para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, além de observar as normas de acessibilidade previstas na legislação, caso a cessionária tenha sido beneficiada pela preferência definida pela Lei nº 13.146, de 2015;

5.3.23. Zelar pela confidencialidade de todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, respeitando o sigilo das mesmas;

5.1.23. Zelar pela confidencialidade de todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, respeitado o sigilo das mesmas;

5.1.24. O CESSIONÁRIO está ciente de que não poderá realizar quaisquer modificações ou transformações no imóvel sem a autorização expressa da CEDENTE. Além disso, o CESSIONÁRIO não será indenizado por quaisquer benfeitorias realizadas no imóvel, não tendo direito à retenção, mesmo no caso de benfeitorias consideradas necessárias.

5.1.25. Executar os serviços em conformidade com o plano de execução elaborado pela equipe técnica e aprovado pela autoridade superior, observado rigorosamente os prazos estabelecidos.

5.1.26. As datas previstas poderão ser ajustadas mediante justificativa técnica e por iniciativa da Administração, sempre que necessário ao interesse público ou à adequação operacional do cronograma.

5.1.27. Seguir os prazos de execução estabelecidos, garantindo a entrega dos imóveis a serem mantidos dentro dos prazos acordados.

5.1.28. Atender às especificações detalhadas das planilhas de custos elaboradas pela equipe técnica do Setor de Custos e Projetos do GAP-BR, garantindo que os serviços correspondam exatamente às características, quantidade e qualidade exigidas.

5.1.29. Realizar um acompanhamento minucioso do processo de entrega dos bens, mantendo um controle detalhado sobre as datas de recebimento de cada item conforme o calendário estabelecido.

5.1.30. Comunicar imediatamente à Cessionária, em caso de identificação de qualquer possível atraso na entrega dos bens, fornecendo informações detalhadas sobre as razões do atraso e as medidas corretivas adotadas.

5.1.31. Adotar medidas corretivas de forma ágil e eficiente, caso ocorram desvios em relação ao calendário de aquisição, especificações dos bens ou prazos de fornecimento, garantindo o cumprimento do contrato.

5.1.32. Documentar adequadamente todos os registros relacionados à execução do objeto, incluindo o acompanhamento do calendário de aquisição, conformidade com as especificações e cumprimento dos prazos de fornecimento.

5.2. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.3. A CESSIONÁRIA deverá praticar preços compatíveis com os valores de mercado local e regional, vedada a cobrança de valores abusivos ou manifestamente superiores aos padrões praticados em estabelecimentos congêneres.

5.3.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar pesquisa de mercado para fins de aferição da compatibilidade dos preços praticados.

5.3.2. Constatada a prática de preços abusivos ou incompatíveis com o mercado, a CESSIONÁRIA será notificada para promover a adequação no prazo estipulado pela Administração, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis, inclusive rescisão.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO**

6.1. O cessionário fica obrigado a reverter o bem da União em idênticas ou melhores condições do que as recebidas, ficando as benfeitorias realizadas pelo outorgado cessionário na área cedida incorporadas aos bens da União, ao final do contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO ALUGUEL**

7.1. O valor do aluguel mensal é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... ( . ).

7.2. As despesas ordinárias do condomínio, bem como os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica, tributos, etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente ao CESSIONÁRIO, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio, a partir da data do efetivo recebimento das chaves.

7.3. O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando CEDENTE e CESSIONÁRIO suas respectivas partes da parcela. Caso o CESSIONÁRIO a pague na integralidade, a parte de responsabilidade do CEDENTE será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) e seus prazos para pagamento à CEDENTE, bem como as demais condições a ele inerentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

8.2. No caso de atraso de pagamento devido pelo CESSIONÁRIO, os valores devidos ao Órgão cedente devem ser atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, acrescendo-se ainda multa moratória.

## **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1 As regras de fiscalização pela CEDENTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART.92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.3.Relatório dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.4.Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. Por se tratar de cessão de uso, a contratação pretendida não gerará ônus para a Administração, ficando desde já dispensada da comprovação de dotação orçamentária.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasília, de de .

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-